



**AVISO**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 252/2023 - STDA**  
**PROCESSO ELETRÔNICO nº 16.673/2023**

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS** para aquisição de periféricos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 07962/2003, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto municipal nº 14.168/2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 15.903/2023 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 9h do dia 28/12/2023, às 8h50 do dia 11/01/2024;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 9h do dia 11/01/2024**, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados na SSLICOM, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico [https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao\\_eletronico/2023/index.php](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/2023/index.php). Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3690-8188/8187.

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM



**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO nº 252/2023 - STDA**  
**PROCESSO ELETRÔNICO nº 16.673/2023**

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 07962/2003, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto Municipal nº 14.168/2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 15.903/2023 e demais legislações aplicáveis.

**I – DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto do presente Edital a licitação, mediante Registro de Preços, para futuras e eventuais aquisições de periféricos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), conforme condições descritas neste Edital e seus Anexos.

**1.2. Especificações técnicas mínimas**

**Item 01: Leitor de código de barras de mão 1D e 2D**

Capacidade de leitura em folhas impressas, telas de computadores, tablets e smartphones

Padrão de código de barras: 1D e 2D

Modo de operação: manual (gatilho) e automática;

Indicadores de Leitura: Luminoso e sonoro;

Interface: USB;

Resistência à queda: altura 1,5 metro;

Padrões de código de barras 2D: QR Code, DataMatrix, PDF417, Micro QR, Micro PDF417;

Padrões de código de barras 1D: UPC-A, 2 de 5 Industrial, 2 de 5 Intercalado, EAN-8, EAN-13, Código 128, Código 39, Código 93;

Suporte de mesa: incluso;

Cor: Preta;

Garantia: 1 ano do fabricante.

**Item 02: Nobreak 700VA senoidal interativo**

Potência 700VA;

Forma de onda: senoidal pura;

Função TRUE RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica;

Autodiagnóstico de bateria: informa o momento certo de troca a bateria;

Autoteste: ao ser ligado testa todos os circuitos internos;

DC Start: permite ser ligado na ausência de rede elétrica;

Alarme audiovisual: sinaliza com alarme sonoro as condições críticas de operação do nobreak;

Função Mute: permite inibir o alarme sonoro;

Proteções para a carga: falta de energia (blackout), sobretensão/subtensão/ruídos na rede elétrica, surtos de tensão na rede;

Proteções do nobreak: sobreaquecimento no transformador e inversor, potência excedida, descarga total da bateria, Curto-circuito no inversor;

Deve possuir função de estabilizador e filtro de linha;

Botão liga /desliga: temporizado;

Bivolt automático (sem chave comutadora): entrada 115-127V ou 220V e saída 115V;



Compatibilidade: O nobreak deve ser que utilizam fontes de potência REAL e com PFC ativo;  
Garantia: 12 meses do fabricante.

**Item 03: Nobreak 1200 VA senoidal interativo**

Potência 1200VA;  
Forma de onda: senoidal pura;  
Função TRUE RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica;  
Autodiagnóstico de bateria: informa o momento certo de troca a bateria;  
Autoteste: ao ser ligado testa todos os circuitos internos;  
DC Start: permite ser ligado na ausência de rede elétrica;  
Alarme audiovisual: sinaliza com alarme sonoro as condições críticas de operação do nobreak;  
Função Mute: permite inibir o alarme sonoro;  
Proteções para a carga: falta de energia (blackout), sobretensão/subtensão/ruídos na rede elétrica, surtos de tensão na rede;  
Proteções do nobreak: sobreaquecimento no transformador e inversor, potência excedida, descarga total da bateria, Curto-circuito no inversor;  
Deve possuir função de estabilizador e filtro de linha;  
Botão liga /desliga: temporizado;  
Bivolt automático (sem chave comutadora): entrada 115-127V ou 220V e saída 115V;  
Compatibilidade: O nobreak deve ser compatível com uso de computadores que utilizam fontes de potência REAL e com PFC ativo;  
Garantia: 12 meses do fabricante.

**Item 04: Nobreak 2200 VA senoidal interativo**

Potência 2200VA;  
Forma de onda: senoidal pura;  
Função TRUE RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica;  
Autodiagnóstico de bateria: informa o momento certo de troca a bateria;  
Autoteste: ao ser ligado testa todos os circuitos internos;  
DC Start: permite ser ligado na ausência de rede elétrica;  
Alarme audiovisual: sinaliza com alarme sonoro as condições críticas de operação do nobreak;  
Função Mute: permite inibir o alarme sonoro;  
Proteções para a carga: falta de energia (blackout), sobretensão/subtensão/ruídos na rede elétrica, surtos de tensão na rede;  
Proteções do nobreak: sobreaquecimento no transformador e inversor, potência excedida, descarga total da bateria, Curto-circuito no inversor;  
Deve possuir função de estabilizador e filtro de linha;  
Botão liga /desliga: temporizado;  
Bivolt automático (sem chave comutadora): entrada 115-127V ou 220V e saída 115V;  
Compatibilidade: O nobreak deve ser compatível com uso de computadores que utilizam fontes de potência REAL e com PFC ativo;  
Garantia: 12 meses do fabricante.

**Item 05: Nobreak 3200 VA senoidal interativo**

Potência 3200VA;  
Forma de onda: senoidal pura;  
Função TRUE RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica;  
Autodiagnóstico de bateria: informa o momento certo de troca a bateria;  
Autoteste: ao ser ligado testa todos os circuitos internos;  
DC Start: permite ser ligado na ausência de rede elétrica;  
Alarme audiovisual: sinaliza com alarme sonoro as condições críticas de operação do nobreak;  
  
Função Mute: permite inibir o alarme sonoro;



Proteções para a carga: falta de energia (blackout),  
sobretensão/subtensão/ruídos na rede elétrica, surtos de tensão na rede;  
Proteções do nobreak: sobreaquecimento no transformador e inversor, potência excedida, descarga total da bateria,  
Curto-circuito no inversor;  
Deve possuir função de estabilizador e filtro de linha;  
Botão liga /desliga: temporizado;  
Bivolt automático (sem chave comutadora): entrada 115-127V ou 220V e saída 115V;

Compatibilidade: O nobreak deve ser compatível com uso de computadores que utilizam fontes de potência REAL e com PFC ativo;

Garantia: 12 meses do fabricante.

**Item 06: Webcam 1080p corporativo**

Resolução máxima: 1080p a 30 quadros por segundo;  
Megapixels da câmera: 3;  
Tipo de foco: Foco automático;  
Correção de luz automática: Sim;  
Obturador de privacidade: Sim;  
Microfone integrado: Estéreo;  
Campo de visão diagonal: 78°;  
Zoom digital: 1.0x;  
Conexão: USB-A;  
Comprimento do cabo: 1,5 m;  
Garantia: 24 meses do fabricante.

**Item 07: Câmera de mesa para videoconferência até 4 pessoas**

Resolução máxima: 1080p a 30 quadros por segundo;  
Tipo de foco: Foco automático;  
Correção de luz automática: Sim;  
Alto-falante e microfone multidirecional embutidos: com alcance de 2,5 metros e cancelamento de ruído;  
Campo de visão diagonal: 78°;  
Prolongador de altura de câmera: no mínimo 200 mm;  
Zoom digital: 1.0x;  
Função PTZ: Sim;  
Controle remoto: funções de inclinação, zoom, volume, mudo, deligar/atender chamadas;  
Conexão: USB-A;  
Comprimento do cabo: 1,5 m;  
Garantia: 24 meses do fabricante.

**Item 08: Disco rígido SSD 256 GB SATA 3**

Aplicação: Notebook/desktop;  
Tecnologia: SSD;  
Tamanho: 2.5 polegadas;  
Capacidade de 256 GB;  
Interface: SATA 3;  
Taxas: Escrita de 500 MB/s e Leitura de 540 MB/s;  
Deverá ser fornecido o suporte SSD adaptador de 2.5 para 3.5 desktop;  
Garantia de 12 meses.

**Item 09: Disco rígido SSD 1 TB SATA 3**

Aplicação: Notebook/desktop;  
Tecnologia: SSD;  
Tamanho: 2.5 polegadas;  
Capacidade de 1 TB;



Interface: SATA 3;

Taxas: Escrita de 500 MB/s e Leitura de 540 MB/s;

Deverá ser fornecido o suporte SSD adaptador de 2.5 para 3.5 desktop;

Garantia de 12 meses.

**Item 10: Projetor LED 1920 x 1080 4500 lumens**

-Tipo de projeção LCD TFT display;

-Resolução nativa: 1920 x 1080 (FULL HD);

-Brilho: 4500 lumens;

-Conexão: WI-FI integrado;

-Projeção: 50 a 220 polegadas;

-Lente: foco manual;

-Zoom: eletrônico;

-Contraste: 4000:1;

-Lâmpada: LED com durabilidade de 50.000 horas;

-Função Keystone (vertical): +- 15 graus;

-Quantidade de cores: 16,7 milhões;

-Permite espelhamento de tela de dispositivos móveis;

-Entradas: 2x USB; 2x HDMI; 1x VGA, 1x AV;

-Compatibilidade USB: Vídeo: AVI/MP4/MKV/FLV/MOV/RMVB/MPEG1/MPEG2/MPEG4/H.264, Áudio: MP3, - WMA, AAC, FLAC, WAV, Imagem: JPEG, JPG, PNG, BMP;

-Alto-falante integrado: 3W RMS;

-Peso máximo: 3,5 Kg;

-Voltagem: bivolt, AC100-240V 50/60Hz;

-Garantia: 12 meses.

**Item 11: Tela de projeção 95 polegadas elétrica**

-Tela de projeção elétrica 110V com acionamento por botoeira de 03 posições: para cima, parar e para baixo;

-Controle remoto sem fio;

-Estojo metálico em pintura eletrostática resistente a riscos e corrosão e barra de acabamento inferior;

-Superfície de projeção tipo Matte White branco opaco;

-Permite instalação: fixada na parede, no teto ou embutida;

-Garantia 12 meses.

**Item 12: Dock Station Clone M.2**

SSD suportados: M.2 NVMe, compatível com 2242, 2260, 2280, 22110;

Suporte a duas placas M.2 NVMe de 2 TB cada para leitura e gravação ao mesmo tempo;

Taxa de transferência: USB3.1 10 Gbps;

Interface de saída: USB 3.1 Gen2 Type-C;

Capacidade: 2 TB por entrada (4 TB no total);

Indicador LED: mostra o andamento de cópia;

Acessórios: um cabo USB tipo C para C, um cabo USB tipo C para A e um adaptador de alimentação;

Requisitos de sistema: Windows 10, 11 ou superior;

Garantia: 12 meses.

**Item 13: Caixa de som de mesa PC ativa**

Conjunto de duas caixas estéreo;

Potência: 8 W RMS;

Alimentação USB;

Botão de volume na parte frontal;

Cor: preto;

Garantia 12 meses.



**Item 14: Caixa de som ativa bluetooth**

Design: Portátil;  
Potência: entre 250 W a 300 W RMS;  
Woofers: 12 polegadas;  
Bateria Interna: Sim, recarregável 12 V;  
Capacidade da Bateria: 5000 mAh;  
Autonomia da Bateria: 10 horas com 50% do volume;  
Tempo de Recarga: 5 horas;  
Função Bluetooth: Sim;  
Versão do Bluetooth: 5.0;  
Conexões (Entradas): 01 USB, 01 auxiliar P2 3,5 mm e 02 P10;  
Alça e rodas para transporte: Sim  
Voltagem: Bivolt Automático  
Peso máximo: 14 Kg  
Acessórios: 01 Fonte de Alimentação e 02 Microfones;  
Garantia: 12 meses.

**Item 15: Conector RJ45 CAT5e**

Plug Modular;  
Compatível com cabo UTP (par trançado não blindado) de até 8 vias;  
Diâmetro de 26 a 24 AWG;  
Contatos banhados a ouro e corpo de conector em material de policarbonato;  
Durabilidade mecânica acima de 750 inserções;  
Garantia: 3 meses.

**Item 16: Conector RJ45 CAT6**

Plug Modular;  
Compatível com cabo UTP (par trançado não blindado) de até 8 vias;  
Diâmetro de 26 a 22 AWG;  
Contatos banhados a ouro e corpo de conector em material de policarbonato;  
Durabilidade mecânica acima de 750 inserções;  
Garantia: 3 meses.

**Item 17: Keystone RJ45 CAT5e**

Composição: Termoplástico Antichamas;  
Terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG;  
Modelo: RJ45 Fêmea;  
Tipo: CAT.5e;  
Cor: Branco;  
Garantia: 3 meses.

**Item 18: Keystone RJ45 CAT6**

Composição: Termoplástico Antichamas;  
Terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG;  
Modelo: RJ45 Fêmea;  
Tipo: CAT6;  
Cor: Branco;  
Garantia: 3 meses.

**Item 19: Caixa de Cabo de rede CAT5e**

Quantidade de pares: 4 pares 24 AWG;  
Filamentos com fabricação 100% cobre;



Capa externa: em PVC retardante à chama;  
Quantidade: 305 metros;  
Certificado ANATEL;  
Garantia: 3 meses.

**Item 20: Caixa de cabo de rede CAT6**

Cabo de rede CAT6  
Quantidade de pares: 4 pares 24 AWG;  
Filamentos com fabricação 100% cobre;  
Capa externa: em PVC retardante à chama;  
Quantidade: 305 metros;  
Certificado ANATEL;  
Garantia: 3 meses.

**Item 21: Módulo transceptor Gbic SFP + 10 GB Copper RJ-45 Ethernet**

10GBASE-T Small Form-factor Pluggable Plus (SFP+).  
-Ethernet de 10 Gigabit baseada em padrões (10GBASE-T).  
-Velocidade de linha de 10 Gbit/seg.  
-Distância de operação de até 30 m em cobre Categoria 6A/7.  
-Padrão IEEE 802.3.  
-Conector RJ-45 padrão da indústria.  
-Invólucro totalmente metálico para baixo EMI.  
-Padrões de segurança: conformidade com a diretiva de Restrição de Substâncias Perigosas (RoHS).  
-Garantia: 12 meses

**Item 22: Módulo Transceptor Óptico Gbic Sfp+ 10gb Multimodo Duplex 850nm 10GBASE-T**

10GBASE-SR Small Form-factor Pluggable Plus (SFP+).  
-Ethernet de 10 Gigabit baseada em padrões (10GBASE-SR).  
-Velocidade de linha de 10 Gbit/seg.  
-Distância operacional de até 300 m em fibra OM4.  
-Comprimento de onda do transmissor 850nm.  
-Conector duplex LC padrão da indústria.  
-Fibra multimodo (MMF).  
-Monitoramento óptico digital (DOM).  
-Padrões de segurança: conformidade com a diretiva de Restrição de Substâncias Perigosas (RoHS).  
-Garantia: 12 meses

**Item 23: Roteador MikroTik RouterBoard**

Arquitetura: MMIPS;  
Contagem do núcleo da CPU: 2;  
Frequência nominal da CPU: 880 MHz;  
Contagem de threads da CPU: 4;  
Tamanho da RAM: 256 MB;  
Ethernet Portas Ethernet 10/100/1000:  
Portas SFP: 1 Periféricos;  
Voltagem: 100/240;  
Garantia: 12 meses do fabricante.

**Item 24: Switch 8 portas Gigabit Ethernet**

Portas: 8 (oito) portas 10/100/1000Mbps com negociação automática de velocidade;  
LED indicação: Alimentação (Power), Link/Atividade por porta em modo Fast ou Gigabit;

Fonte de alimentação externa: bivolt automática;





Conformidade: FCC, CE, RoHS;

Garantia: 12 meses.

**Item 25: Switch 16 portas Gigabit Ethernet gerenciável L2**

Portas: 16 portas RJ-45 10/100/1000 com detecção automática e 2 portas SFP 100/1000 Mbps;

Nível de gerenciamento: Layer 2;

Gerenciamento: via Navegador Web;

Latência de 100 Mb: < 7 µs;

Latência de 1000 Mb: < 2 µs

Capacidade de produção: 26 Mpps

Capacidade de routing/switching: 36 Gbps;

Capacidade de switching: 104 Gbps

Voltagem de entrada: 100 - 127 / 200 - 240 VCA, nominal;

Alimentação: 115/240 VAC bivolt;

Conformidade: FCC, CE, RoHS;

Garantia: 36 meses.

**Item 26: Switch 24 portas Gigabit L2**

Switch 24 portas Gigabit Ethernet gerenciável L2

Portas: 24 portas RJ-45 10/100/1000 com detecção automática e 2 portas SFP 100/1000 Mbps;

Nível de gerenciamento: Layer 2;

Gerenciamento: via Navegador Web;

Latência de 100 Mb: < 7 µs;

Latência de 1000 Mb: < 2 µs;

Capacidade de produção: 38,6 Mpps;

Capacidade de routing/switching: 52 Gbps;

Voltagem de entrada: 100 - 127 / 200 - 240 VCA, nominal;

Alimentação: 115/240 VAC bivolt;

Conformidade: FCC, CE, RoHS;

Garantia: 36 meses.

**Item 27: Adaptador WI FI USB NANO AC1300**

Padrões Wi-Fi: 802.11ac, 802.11n, 802.11g, 802.11b e 802.11a;

Frequências Wi-Fi: 2,4 GHz e 5 GHz;

Antena: interna;

Segurança: WPA, WPA2 e WPS;

Conector: USB 2.0;

Dimensões máximas: 20,4 x 16 x 7,5 mm;

Certificação: Anatel;

Sistemas Operacionais compatíveis: Windows 7, 10 e 11;

Garantia: 36 meses do fabricante.

**Item 28: Ponto de acesso (Access Point) Wi-Fi 6 Dual-Radio Profissional**

Padrões Wi-Fi: 802.11 a/b/g/n/ac/ax;

Potência TX: 2.4 GHz: 22 dBm, 5 GHz: 26 dBm;

Ganho de antena: 2.4 GHz: 4 dBi, 5 GHz: 6 dBi;

Segurança Wireless: WPA-PSK, WPA-Enterprise (WPA/WPA2/WPA3);

Interface de Rede: 01 (um) Porta Ethernet 10/100/1000;

BSSID: até 08 (oito) por Rádio;

Clientes Simultâneos: 300 (trezentos);

Montagem: Parede/Teto (Kits Inclusos);

Fonte de Alimentação: Injetor PoE.

Injetor PoE: Deverá ser fornecido caso não acompanhe o produto;





Deve ser fornecido software de gerenciamento do próprio fabricante com licença vitalícia, sem custo adicional, sem limite de dispositivos e que permita no mínimo: Definir SSIDs e senhas de rede WI-FI, atualização de firmware, reinicialização do dispositivo, monitoramento de usuários conectados, configuração de endereços IP das interfaces e controle das bandas de operação;  
Certificações: Anatel, CE, FCC, IC;  
Garantia: 12 meses.

**Item 29: Telefone com Headset**

Dois níveis de ajuste para o controle de volume da campainha: alto e baixo;  
Possibilidade de ajuste para atendimento automático;  
Teclas Redial, Flash, Mute e On/Off;  
Modos de discagem em DTMF (tone) ou decádica (pulse);  
Teclas para ajuste de recepção de áudio (vol+ e vol-);  
Microfone com arco ajustável e cancelador de ruídos;  
Acessórios: Manual de instalação do usuário em português;  
Garantia: 1 ano.

**Item 30: Teclado Padrão**

Conexão USB;  
Layout Português ABNT 2;  
Cor Preta;  
Garantia: 12 meses.

**Item 31: Mouse: óptico padrão USB**

No mínimo 3 botões, com botão central com função de rolagem de páginas;  
1000dpi;  
De conformidade ambidestra  
Garantia: 12 meses.

**Item 32: Suporte/pedestal de Televisão até 65 polegadas**

Suporte para TV de até 65 polegadas;  
Padrão VESA universal;  
Peso mínimo suportado 30 kg;  
Altura ajustável;  
Passagem interna para os fios;  
Prateleira para suporte de notebook.  
Garantia: 12 meses.

**Item 33: Case SSD M.2 NVMe**

Velocidade de transmissão: 10Gbps;  
Entradas: USB 3.1 e USB C;  
Compatibilidade: SSD NVMe com capacidade de 2 TB;  
Fonte de alimentação: USB;  
Acessórios: um cabo USB tipo C para USB 3.1;  
Requisitos de sistema: Windows 10, 11 ou superior;  
Garantia: 12 meses

## II - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**2.1.** Como se trata de Sistema de Registro de Preços, as dotações orçamentárias serão informadas oportunamente pelas Unidades Gestoras participantes.



### III - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a SSLICOM dará sequência ao processo de Pregão.

### IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. É vedada a participação de interessados:

4.1.1. que tenham sido declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.1.2. que se encontrem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora-MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978);

4.1.3. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.1.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.1.5. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.1.6. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.1.7. que estejam reunidas em consórcio;

**Nota Explicativa:** O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente Edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação acima.

Note-se que "...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P" - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que "...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável..." pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).

### V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.



**5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**5.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**5.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**5.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **VI - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.1.1.** Valor unitário e total do item;

**6.1.2.** Marca, quando for o caso;

**6.1.3.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

**6.1.4.** E-mail para fins de comunicação com o proponente.

**6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**6.2.1.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**6.2.2.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.2.3.** O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**

**6.2.4.** Os preços unitários ofertados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.

## **VII – DA HABILITAÇÃO**

**7.1.** Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.



7.1.1. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

## 7.2. Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:

7.2.1. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

7.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.2.4. Declaração de que a proponente não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme **Anexo V**:

7.2.4.1. Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

7.2.4.2. Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

7.2.4.3. Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

7.2.4.4. Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

7.2.4.5. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

7.2.5. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme **Anexo IV**.

7.2.6. Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo III**.

**7.2.7.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementara nº 123/06, conforme **Anexo II**.

**7.2.8.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo II**.

## 7.3. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.



7.3.3. Prova de regularidade para com a

7.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

7.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

7.3.4.2. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

7.3.4.2.1. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

7.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

7.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.3.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.3.7.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

#### **7.4. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

7.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

7.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

7.4.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

7.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis que apresentem valores do último exercício, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou; e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.



**7.4.1.4.** Os documentos relativos ao subitem contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

**7.4.2.** A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) expressado da forma seguinte:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) expressado da forma seguinte:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo exigível a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ILC ..... maior ou igual a 1(um)

ILG ..... maior ou igual a 1(um).

**7.4.2.1.** O item 7.4.2 é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

**7.4.2.2.** As empresas que apresentarem resultado menor do que 1 (um) em qualquer um dos índices referidos acima, deverão comprovar que possuem patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da contratação, previsto no parágrafo 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, através do Balanço Patrimonial do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, e/ou através da última alteração contratual devidamente registrada na Junta Comercial, ou em órgão regulador, em data anterior à licitação.

**7.4.3.** Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

**7.4.3.1.** Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

**7.4.3.2.** Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

## **7.5. Documentos que deverão ser apresentados relativos à qualificação técnica:**

**7.5.1.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

**7.6.** Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.





**7.7.** A documentação, na fase pertinente, será examinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

**7.8.** A documentação exigida para atender ao disposto nos itens **7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.3 e 7.4.1**, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

**7.9.** Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

**7.9.1.** se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

**7.9.2.** se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

**7.9.3.** se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

**7.9.4.** serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

**7.9.5.** o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, implicará na inabilitação do licitante.

**7.10.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

**7.11.** O Licitante deve informar na sua proposta as MARCAS E MODELOS, além da apresentação dos prospectos de todos os itens cotados. A ausência de prospectos pode provocar a necessidade de diligências para certificar que o item proposto atende plenamente ao Edital.

**7.12.** As propostas dos licitantes, durante o certame, deverão ser analisadas obrigatoriamente pela STDA/SSGD/DIEST/SPAD, com o objetivo de parecer técnico habilitatório, de acordo com as especificações técnicas exigidas por item do Edital.

## **VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**8.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**8.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**8.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**8.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo na fase de aceitação.





**8.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**8.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**8.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.5.1.** O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR VALOR POR ITEM** de acordo com o especificado no **Anexo VII**.

**8.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**8.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo pregoeiro.

**8.9.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**8.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**8.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**8.13.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**8.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**8.19.** As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



8.20. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.21. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.22. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.23.1. no país;

8.23.2. por empresas brasileiras;

8.23.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**8.23.4.** por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

**8.24.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**8.25.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**8.25.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**8.25.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.25.3.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.26.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **IX - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 10 do art. 25 do Decreto Municipal nº 13.892/2020.

**9.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.



**9.2.1.** Considera-se inexecúvel a proposta unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**9.3.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**9.4.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**9.5.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

## **X – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**10.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

**10.1.1.** ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente.

**10.1.2.** conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**10.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**10.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**10.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

**10.3.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**10.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**10.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**10.6.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **XI – DO RECURSO**

**11.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o Pregoeiro fixará o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **exclusivamente em campo próprio do sistema**.

**11.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.



**11.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**11.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**11.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **XII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **XIII – DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1.** Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

**13.1.1.** A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame,

**13.2.** Homologado o resultado da licitação, a Administração deverá encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data desta convocação, seja o referido instrumento assinado e devolvido via postal, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Se assim houver interesse, poderá o adjudicatário comparecer pessoalmente à subsecretaria para assinatura.

**13.2.1.** A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento da Ata de Registro encaminhada para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.

**13.3.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



## XIV - DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO

**14.1.** Somente a STDA está autorizada a emitir Termo de Autorização para Compras para fornecimento do objeto da futura Ata de Registro de Preços.

**14.1.1.** O fornecedor deverá devolver os empenhos aos Ordenadores de Despesas quando esses forem enviados sem o consentimento da STDA.

**14.1.2.** Todo o empenho enviado ao fornecedor obrigatoriamente deverá ser acompanhado do seu respectivo Termo de Autorização para Compras da STDA.

**14.2.** O fornecimento dos materiais decorrentes do Registro de Preços será formalizado pela emissão da Nota de Empenho/autorização de compra, ou por outros instrumentos hábeis, na forma do art. 62 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

**14.3.** O aceite definitivo se dará após a conferência de todos os equipamentos entregues.

**14.3.1.** A conferência será realizada da seguinte forma:

**14.3.1.1.** Todos os equipamentos entregues serão vistoriados e conferidos para verificar se as marcas e os modelos são as mesmas da proposta do fornecedor.

**14.3.1.2.** Caso algum equipamento esteja em desacordo:

- a) Avariado e/ou com algum problema de funcionamento;
- b) Fora da embalagem original;
- c) Com lacre violado e/ou faltando algum item do check list do equipamento;
- d) A marca e/ou modelo diferente da proposta sem prévia consulta/autorização da STDA/SSGD.

**14.3.1.3.** Será identificado a qual empenho o mesmo pertence e esse será considerado não aceito até que o equipamento esteja regularizado.

**14.3.1.4.** Para cada entrega poderão ser emitidos dois tipos de documentos:

a) **Ofício de Indeferimento:** No caso de divergências na entrega dos equipamentos. Nessa serão relatados todos os problemas encontrados e a informação da negativa do aceite.

b) **Memorando de Conferência:** No caso de não ser encontrada nenhuma divergência na entrega dos equipamentos, o qual representa o aceite definitivo dos equipamentos e a partir da data de sua emissão passarão a valer:

- i. O período de garantia;
- ii. O início da contagem dos 30 dias para pagamento.

**14.4.** A Equipe de Conferência da PJF tem capacidade técnica de proceder a conferência dos equipamentos entregues, sem comprometimento do prazo estipulado para a liberação da nota e pagamento.

**14.4.1.** O prazo necessário para a conferência dos equipamentos não será contabilizado para o início do período de garantia e pagamento.

**14.4.2.** No caso de entrega de equipamentos em desconformidade com o edital, fica o fornecedor responsável por recolher os equipamentos e o mesmo terá que arcar com todos os custos dessa operação.

**14.4.3.** Não tendo sido dado o aceite da entrega pela Prefeitura de Juiz de Fora, o prazo de entrega continuará contando, ficando o fornecedor sujeito às penalidades do edital caso a entrega não seja regularizada dentro do prazo de entrega acordado.

**14.5.** A garantia dos itens desse Edital é do tipo balcão, ou seja, o produto dever ser enviado ou levado às assistências



técnicas autorizadas dos fabricantes.

**14.5.1.** No caso de problemas de garantia, cabe à ordenadora de despesa:

- a) A responsabilidade de fazer contatos com a empresa fornecedora do item defeituoso e com a Assistência Técnica, se for o caso;
- b) Todos os custos relacionados e a responsabilidade do envio e retorno dos itens em garantia.

**14.6.** A instalação física dos equipamentos (montagem), bem como toda a infraestrutura para o seu funcionamento (tomadas de energia, de rede, adaptadores de tomadas, mobiliários etc.) é de responsabilidade da PJF.

**14.7.** A(s) Nota(s) de Empenho(s) deverão ser anexadas ao processo de administração da aquisição.

**14.8.** A licitante vencedora fornecerá somente o objeto relacionado neste Edital.

**14.9.** A Unidade Requisitante não se responsabilizará pelo fornecimento a terceiros dos objetos contratados, mesmo que adquiridos por seus servidores.

## **XV - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**15.1.** Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto serão realizadas pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

**15.2.** A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a execução dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao contratado.

**15.2.1.** O recebimento definitivo do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

## **XVI – DA ENTREGA E DO PRAZO**

**16.1.** Os componentes e periféricos deverão ser entregues no endereço: STDA/SSGD/DIEST/SMAN, situada na Avenida Brasil, 2001 – 4º Andar – Centro – 36060-010 – Juiz de Fora – MG, nos horários entre 08:00 e 11:00 e 14:00 e 17:00. Todo o transporte do andar térreo até o almoxarifado no 4º andar deverá ser por conta da contratada.

**16.2.** O prazo para a entrega dos equipamentos será de 20 (vinte) dias a contar a partir da entrega do Termo de Autorização de Compras (TAC) e correspondente Empenho ao fornecedor.

**16.3.** A sociedade empresária fornecedora deverá constar na Nota Fiscal a data e hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu o recebimento dos produtos.

**16.4.** A entrega do objeto deste instrumento será feita no endereço indicado ao servidor designado para tal fim, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências das especificações.

**16.5.** Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

**16.6.** O servidor deverá processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a fornecedora para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações, tratando-se, nesse caso, de recebimento provisório.





16.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da fornecedora pela perfeita execução do fornecimento/serviço, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato/autorização de compra, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

## **XVII - DAS OBRIGAÇÕES**

### **17.1. Da Unidade Requisitante:**

17.1.1. Requisitar, por meio da Unidade Gestora, o fornecimento dos equipamentos, conforme suas necessidades.

17.1.2. Proporcionar condições ao fornecedor para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

17.1.3. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

17.1.4. Efetuar o pagamento ao fornecedor por meio de crédito em conta-corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br).

### **17.2 Da Unidade Gestora:**

17.2.1. Conferir se o fornecimento do equipamento está de acordo com o inicialmente proposto, embora o fornecedor seja o único e exclusivo responsável pelo fornecimento nas condições especificadas.

17.2.2. Comunicar ao fornecedor qualquer irregularidade na entrega do equipamento e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

17.2.3. Solicitar a substituição do equipamento que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor de compras/responsável da fiscalização.

17.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor.

17.2.5. Impedir que terceiros forneçam o objeto deste Edital.

### **17.2. Da Sociedade Empresária Vencedora:**

17.3.1. Entregar, pelo preço contratado, os produtos objeto deste Edital, segundo as necessidades e requisições da Unidade requisitante.

17.3.2. Entregar o objeto especificado na **Autorização de Compras/nota de empenho**, de acordo com as necessidades e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste Edital.

17.3.3. Responsabilizar-se integralmente pela entrega, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

17.3.4. Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do objeto que não atenda ao especificado.

17.3.5. Entregar o objeto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

17.3.6. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do objeto, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.





**17.3.7.** Comunicar imediatamente a Unidade Requisitante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

**17.3.8.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega do objeto, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

**17.3.9.** Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a Unidade Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

**17.3.10.** Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **XVIII – DAS PENALIDADES**

**18.1.** Os casos de inexecução do objeto deste **edital**, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

**18.2.** Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

**18.2.1.** Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

**18.3.** Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

**18.4.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **18.1**, caberá recurso no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da intimação.

**18.4.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **18.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**18.5.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**18.6.** A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

## **XIX – DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

**19.1.** O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

**19.2.** Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas,



frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

**19.3.** O pagamento será em até 30 (trinta) dias e efetuado pela Unidade Requisitante, creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito:

**BANCO:** ..... **AGÊNCIA:** ..... **CONTA CORRENTE:** ..... **LOCALIDADE:** .....

**19.4.** Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

**19.4.1.** No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **19.4.** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

**19.4.2.** A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

**19.4.3.** Quando ocorrer a situação prevista no item **19.4.2.**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

**19.4.4.** Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

**19.5.** As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

**19.5.1.** Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

**19.6.** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

**19.7.** O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**19.8.** No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

**19.9.** Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

## **XX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o proponente/adjudicatário que:

**20.1.1.** não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**20.1.2.** não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

**20.1.3.** apresentar documentação falsa;



20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O proponente/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **XXI – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

21.1. Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca dos termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **por meio eletrônico**, devendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação ou prestar os esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento desta. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

21.1.1. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

21.1.2. Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

## **XXII – DISPOSIÇÕES GERAIS**



**22.1.** Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

**22.2.** A realização do procedimento estará a cargo da **Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM** e da Administradora do Pregão Eletrônico, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

**22.3.** Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

**22.4.** O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

**22.5.** Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**22.6.** Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

**22.7.** É facultado ao Pregoeiro a realização de diligências no curso do procedimento licitatório, bem como, sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, correções de caráter formal.

**22.7.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**22.7.2.** Obriga-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os documentos originais correspondentes em qualquer época que lhe forem solicitados.

**22.7.3.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a

exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, em se tratando de amostra, na forma e prazo indicados pelo Pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

**22.8.** A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**22.9.** O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

**22.10.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**22.11.** No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

**22.12.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



**22.13.** Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SSLICOM/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

**22.14.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**22.15.** Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **PJF/SSLICOM**, obedecida a legislação vigente.

**22.16.** O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: **<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>**, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

**22.17.** Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Anexo II - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo III - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo IV - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo V – Modelo de Declaração de inexistência de fato impeditivo.

Anexo VI – Modelo do Termo de Autorização de Compra.

Anexo VII – Termo de Referência e Valor Estimado.



**PREGÃO ELETRÔNICO nº 252/2023 - STDA**

**ANEXO I**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº \_\_\_\_\_ /..... - \_\_\_\_\_**

**PROCESSO ELETRÔNICO nº 16.673/2023 – PE nº 252/2023**

**VALIDADE: 12 (doze) meses**

O Município de Juiz de Fora, por intermédio da ....., neste ato representada por seu(ua) Secretário(a), Sr.(a) ....., e a sociedade empresária....., estabelecida na Rua/Avenida ....., nº. ...., CNPJ nº. ...., pelo seu representante infra-assinado Sr. ...., CPF nº. ...., R.G. nº. ...., doravante denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**, nos termos do Art. 15 da lei Federal nº.8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº.8.883 de 09 de junho de 1994, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 07962/2003, Decreto Municipal nº 13892/2020 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 252/2023**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme consta do processo administrativo eletrônico nº 16.673/2023, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem como objetivo o registro de preços para futuras e eventuais contratações para o fornecimento de periféricos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório nº 16.673/2023, Pregão Eletrônico nº 252/2023, para atender demanda da STDA – Secretaria de Transformação Digital e Administrativa, doravante denominada UNIDADE(S) REQUISITANTE(S).

**CLÁUSULA II – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**2.1.** Os preços da empresa classificada em 1º lugar no certame licitatório encontram-se indicados no quadro abaixo:

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total

**CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA**

**3.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato.

**3.2.** Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Juiz de Fora não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, do objeto referido na cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.

**3.3.** Os quantitativos mencionados na presente Ata de Registro de Preços são apenas para efeito de limites máximos. A **UNIDADE REQUISITANTE** reserva-se no direito de adquirir as quantidades conforme sua necessidade durante o período de vigência da referida Ata.

**3.4.** Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº 252/2023**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.





#### **CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO**

**4.1.** As aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura de documento hábil - Termo de Autorização de Compra - entre o **FORNECEDOR** e a **UNIDADE REQUISITANTE** interessada, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

**4.2.** A detentora da Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta.

**4.3.** Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da Unidade Requisitante interessada, a qual deverá ser feita mediante assinatura de documento hábil, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

**4.4.** A cópia da Nota de Empenho ou de outro documento hábil deverá ser anexada ao processo de administração da ata.

**4.5.** A Administração Pública tem a faculdade de firmar termo contratual, a partir e durante a vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos preceituados na legislação específica ou, conforme o caso, executar a avença com fundamento no art. 62 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA V – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS**

**5.1.** O **FORNECEDOR** responderá por todo e qualquer dano provocado à **UNIDADE GESTORA** e à **UNIDADE REQUISITANTE**, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela **UNIDADE REQUISITANTE**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

**5.2.** Para efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela **UNIDADE GESTORA** e **UNIDADE REQUISITANTE**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo **FORNECEDOR**, de obrigações a ele atribuídas por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando a, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela **UNIDADE GESTORA** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

**5.3.** Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do **FORNECEDOR** for apresentada ou chegar ao conhecimento da **UNIDADE GESTORA**, esta comunicará ao **FORNECEDOR** por escrito para que tome as providências necessárias a sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à **UNIDADE GESTORA** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo **FORNECEDOR** não o eximem das responsabilidades assumidas perante a **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula.

**5.4.** Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo **FORNECEDOR**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à **UNIDADE GESTORA**, mediante adoção de das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do **FORNECEDOR**;
- b) medida judicial apropriada, a critério da **UNIDADE GESTORA**.

#### **CLÁUSULA VI - DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1.** O preço registrado será suspenso nos seguintes casos:

a) quando o **FORNECEDOR**, convocado para o fornecimento, não apresentar documentação de habilitação regular nos termos do Edital: suspensão até a comprovação da regularização, se não for caso de reincidência;

b) quando o **FORNECEDOR**, convocado para fornecer o objeto, não tiver condições de executá-lo parcial ou totalmente: suspensão de 90 (noventa) dias, contados da data da convocação, se não for o caso de reincidência e o **FORNECEDOR**





tiver comunicado à Unidade Gestora em tempo hábil, os motivos da sua impossibilidade, permitindo a convocação do fornecedor seguinte.

**6.2.** O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

**6.2.1.** Pela **UNIDADE GESTORA**:

- a) quando o **FORNECEDOR** não cumprir as exigências do Edital, salvo a hipótese de suspensão da letra “a” do subitem **6.1**;
- b) quando o **FORNECEDOR** não apresentar o objeto decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, salvo se aceita sua justificativa;
- c) quando em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto fornecido, decorrente do registro de preços, salvo a hipótese de suspensão da letra “b” do item **6.1**;
- d) quando o **FORNECEDOR** não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese em que esses se tornarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) por razões de interesse público;
- f) na hipótese de reincidência de fato que tenha dado origem à suspensão;
- g) se todos os preços forem cancelados, hipótese em que se revogará a presente Ata de Registro de Preços;
- h) o **FORNECEDOR** não retirar qualquer Ordem de Serviços, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

**6.2.2.** Pelo **FORNECEDOR**

- a) mediante solicitação por escrito, antes de ser convocado por meio de instrumento hábil, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.

**6.3.** O cancelamento ou a suspensão, pela **UNIDADE GESTORA**, de preço registrado, será precedido de regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**6.4.** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita mediante correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de não localização do **FORNECEDOR**, a comunicação será feita mediante publicação no Órgão Oficial do Município por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir do prazo estipulado na publicação, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital e na legislação pertinente.

**6.5.** A solicitação do **FORNECEDOR** para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias úteis, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

## **CLÁUSULA VII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO**

**7.1.** O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar à subsecretaria/Sistema de Registro de Preços, os quantitativos das aquisições.

**7.1.1.** A emissão das notas de empenho ou outro instrumento hábil, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será, igualmente, autorizada pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.



## CLÁUSULA VIII - DAS COMUNICAÇÕES

**8.1.** As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

## CLÁUSULA IX – DAS MULTAS E PENALIDADES

**9.1.** O **FORNECEDOR**, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do objeto, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata de Registros de Preços e demais condições legais.

**9.2.** Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

**9.3.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **9.2**, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

**9.3.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **9.2**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**9.4.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da Ata, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**9.5.** A aplicação de penalidades previstas para os casos de não fornecimento do objeto, erro, imperfeição, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da Unidade Gestora da Ata, na pessoa da autoridade competente, nos termos do artigo 19 do Decreto Municipal nº 7.962/2003.

**9.6.** As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**9.7.** O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pelo **FORNECEDOR**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

**9.8.** Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela **UNIDADE GESTORA** ao **FORNECEDOR**, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do artigo 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata como de responsabilidade do **FORNECEDOR** e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela Administração.



**9.9.** As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime o **FORNECEDOR** da sua responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Administração por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

## **CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**10.1.** Integram esta Ata, o edital do **Pregão Eletrônico nº. 252/2023**, seus anexos e a proposta da sociedade empresária \_\_\_\_\_ classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

**10.2.** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº.8883/94, pelo Decreto Municipal nº 13892/2020 no que não colidir com a primeira, Decreto nº 7.962/2003 e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

## **CLÁUSULA XI - DO FORO**

**11.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por haverem assim pactuado e estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Juiz de Fora, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**Secretário(a)** .....

**EMPRESA**  
**Representante Legal**  
**Cargo**



## ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE  
PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., por intermédio de seu representante Sr.(a) ....., portador do Documento de Identidade nº ....., inscrito no CPF sob o nº ..... DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como ..... **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

( ) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., sediada na ....., cidade de ....., estado ....., telefone(s) ....., e-mail para contato ....., neste ato representada pelo(a) Sr(a) ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico nº 252/2023**, assim como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



**PREGÃO ELETRÔNICO nº 252/2023 – STDA**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

....., inscrito no CNPJ nº  
....., por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)  
....., portador da Carteira de Identidade nº .....  
e do CPF nº ....., **DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.





**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

**(Nome da empresa)**, sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio do seu representante o Sr.(a) ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



**ANEXO VI - Minuta - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA**

**Objeto:** ....., de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 252/2023 e seus Anexos, **na Ata de Registro de Preços nº .....**, todos oriundo do Processo Licitatório nº 16.673/2023.

Pelo presente instrumento, composto por duas vias de igual teor e forma, a **Prefeitura de Juiz de Fora**, inscrita no CNPJ sob o nº ....., através da (UG) ..... neste ato representada pelo seu (gestor) ..... Sr. ...., brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juiz de Fora/MG, **nos termos do art. 62 § 2º da Lei nº 8.666/93, AUTORIZA** a entrega dos materiais abaixo especificados, que serão fornecidos pela Empresa ....., sediada em ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada por ....., inscrito no CPF/MF sob o nº .....

**ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS A SEREM FORNECIDOS:**

Item	Especificações	Quantidade	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total

**Valor Total da aquisição acima especificada: R\$ .....**

**Prazo para entrega: .....**

**Local para entrega: .....**

As condições e obrigações decorrentes do presente Termo de Autorização de Compra, especialmente em relação às obrigações das partes, forma de execução, prazo de execução, acompanhamento e fiscalização, condições de pagamento, sanções, valores das multas e casos de rescisão, obedecerão ao disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº ...../20..... e seus anexos. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária nº .....

\_\_\_\_\_  
UG ..... (.....)

**De acordo: Empresa .....**

Declaro para os devidos fins que recebi uma cópia da Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_ emitida em favor de minha empresa em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20....., decorrente da adjudicação e homologação do resultado do Pregão Eletrônico nº 252/2023, **Ata de Registro de Preços nº .....**, bem como uma via do presente Termo de Autorização de Compra, cujos termos concordo plenamente, dando-lhe o devido cumprimento.

Juiz de Fora, ..... de ..... de 20.....

Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo



**PREGÃO ELETRÔNICO nº 252/2023 - STDA**

**ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO**

**1. Objeto**

Constitui objeto deste documento a definição das características técnicas e demais condições para **futura e provável aquisição** de periféricos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

**1.1. Modalidade Licitatória:** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA;

**1.2. Tipo:** Registro de Preços, do tipo menor preço por item;

**1.3. Modo de Disputa:** Aberto;

**1.4.** A forma de Adjudicação será **POR ITEM**.

**2. Objetivo**

A STDA/SSGD pretende com esta iniciativa atender às demandas das Unidades Diretas e Indiretas da PJF informadas na Circular 95.197/2023 (1Doc). Para tal, o meio para aquisição deverá ser por meio de **Ata de Registro de Preços** com duração de **12 meses**.

**3. Justificativa**

Registrar preços para atendimento às demandas das Unidades Gestoras a fim de evitar que sejam abertos vários processos de compra na STDA/SSLICOM, causando: atrasos nas aquisições, falta de padronização, diferentes preços atingidos, sobrecarga de serviços na SSLICOM, entre outros problemas relacionados.

**4. Fundamentação Legal**

A pretensa contratação será regida pela Lei nº 10.520/02 e Decretos nº 3.555/2000 e nº 4.343/2002, subsidiariamente, pela Lei nº 8.078/90 (CDC), Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98, Lei nº 9.784/99 e pela Lei nº 10.192/2001.

**5. Especificações técnicas mínimas**

**Item 01: Leitor de código de barras de mão 1D e 2D**

Capacidade de leitura em folhas impressas, telas de computadores, tablets e smartphones

Padrão de código de barras: 1D e 2D

Modo de operação: manual (gatilho) e automática;

Indicadores de Leitura: Luminoso e sonoro;

Interface: USB;

Resistência à queda: altura 1,5 metro;

Padrões de código de barras 2D: QR Code, DataMatrix, PDF417, Micro QR, Micro PDF417;

Padrões de código de barras 1D: UPC-A, 2 de 5 Industrial, 2 de 5 Intercalado, EAN-8, EAN-13, Código 128, Código 39, Código 93;

Suporte de mesa: incluso;

Cor: Preta;

Garantia: 1 ano do fabricante.

**Item 02: Nobreak 700VA senoidal interativo**

Potência 700VA;

Forma de onda: senoidal pura;

Função TRUE RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica;



Autodiagnóstico de bateria: informa o momento certo de troca a bateria;  
Autoteste: ao ser ligado testa todos os circuitos internos;  
DC Start: permite ser ligado na ausência de rede elétrica;  
Alarme audiovisual: sinaliza com alarme sonoro as condições críticas de operação do nobreak;  
Função Mute: permite inibir o alarme sonoro;  
Proteções para a carga: falta de energia (blackout), sobretensão/subtensão/ruídos na rede elétrica, surtos de tensão na rede;  
Proteções do nobreak: sobreaquecimento no transformador e inversor, potência excedida, descarga total da bateria, Curto-circuito no inversor;  
Deve possuir função de estabilizador e filtro de linha;  
Botão liga /desliga: temporizado;  
Bivolt automático (sem chave comutadora): entrada 115-127V ou 220V e saída 115V;  
Compatibilidade: O nobreak deve ser compatível com uso de computadores que utilizam fontes de potência REAL e com PFC ativo;  
Garantia: 12 meses do fabricante.

### **Item 03: Nobreak 1200 VA senoidal interativo**

Potência 1200VA;  
Forma de onda: senoidal pura;  
Função TRUE RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica;  
Autodiagnóstico de bateria: informa o momento certo de troca a bateria;  
Autoteste: ao ser ligado testa todos os circuitos internos;  
DC Start: permite ser ligado na ausência de rede elétrica;  
Alarme audiovisual: sinaliza com alarme sonoro as condições críticas de operação do nobreak;  
Função Mute: permite inibir o alarme sonoro;  
Proteções para a carga: falta de energia (blackout), sobretensão/subtensão/ruídos na rede elétrica, surtos de tensão na rede;  
Proteções do nobreak: sobreaquecimento no transformador e inversor, potência excedida, descarga total da bateria, Curto-circuito no inversor;  
Deve possuir função de estabilizador e filtro de linha;  
Botão liga /desliga: temporizado;  
Bivolt automático (sem chave comutadora): entrada 115-127V ou 220V e saída 115V;  
Compatibilidade: O nobreak deve ser compatível com uso de computadores que utilizam fontes de potência REAL e com PFC ativo;  
Garantia: 12 meses do fabricante.

### **Item 04: Nobreak 2200 VA senoidal interativo**

Potência 2200VA;  
Forma de onda: senoidal pura;  
Função TRUE RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica;  
Autodiagnóstico de bateria: informa o momento certo de troca a bateria;  
Autoteste: ao ser ligado testa todos os circuitos internos;  
DC Start: permite ser ligado na ausência de rede elétrica;  
Alarme audiovisual: sinaliza com alarme sonoro as condições críticas de operação do nobreak;  
Função Mute: permite inibir o alarme sonoro;  
Proteções para a carga: falta de energia (blackout), sobretensão/subtensão/ruídos na rede elétrica, surtos de tensão na rede;  
Proteções do nobreak: sobreaquecimento no transformador e inversor, potência excedida, descarga total da bateria, Curto-circuito no inversor;  
Deve possuir função de estabilizador e filtro de linha;  
Botão liga /desliga: temporizado;  
Bivolt automático (sem chave comutadora): entrada 115-127V ou 220V e saída 115V;  
Compatibilidade: O nobreak deve ser compatível com uso de computadores que utilizam fontes de potência REAL e com PFC ativo;



Garantia: 12 meses do fabricante.

**Item 05: Nobreak 3200 VA senoidal interativo**

Potência 3200VA;

Forma de onda: senoidal pura;

Função TRUE RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica;

Autodiagnóstico de bateria: informa o momento certo de troca a bateria;

Autoteste: ao ser ligado testa todos os circuitos internos;

DC Start: permite ser ligado na ausência de rede elétrica;

Alarme audiovisual: sinaliza com alarme sonoro as condições críticas de operação do nobreak;

Função Mute: permite inibir o alarme sonoro;

Proteções para a carga: falta de energia (blackout), sobretensão/subtensão/ruídos na rede elétrica, surtos de tensão na rede;

Proteções do nobreak: sobreaquecimento no transformador e inversor, potência excedida, descarga total da bateria, Curto-circuito no inversor;

Deve possuir função de estabilizador e filtro de linha;

Botão liga /desliga: temporizado;

Bivolt automático (sem chave comutadora): entrada 115-127V ou 220V e saída 115V;

Compatibilidade: O nobreak deve ser compatível com uso de computadores que utilizam fontes de potência REAL e com PFC ativo;

Garantia: 12 meses do fabricante.

**Item 06: Webcam 1080p corporativo**

Resolução máxima: 1080p a 30 quadros por segundo;

Megapixels da câmera: 3;

Tipo de foco: Foco automático;

Correção de luz automática: Sim;

Obturador de privacidade: Sim;

Microfone integrado: Estéreo;

Campo de visão diagonal: 78°;

Zoom digital: 1.0x;

Conexão: USB-A;

Comprimento do cabo: 1,5 m;

Garantia: 24 meses do fabricante.

**Item 07: Câmera de mesa para videoconferência até 4 pessoas**

Resolução máxima: 1080p a 30 quadros por segundo;

Tipo de foco: Foco automático;

Correção de luz automática: Sim;

Alto-falante e microfone multidirecional embutidos: com alcance de 2,5 metros e cancelamento de ruído;

Campo de visão diagonal: 78°;

Prolongador de altura de câmera: no mínimo 200 mm;

Zoom digital: 1.0x;

Função PTZ: Sim;

Controle remoto: funções de inclinação, zoom, volume, mudo, deligar/atender chamadas;

Conexão: USB-A;

Comprimento do cabo: 1,5 m;

Garantia: 24 meses do fabricante.

**Item 08: Disco rígido SSD 256 GB SATA 3**

Aplicação: Notebook/desktop;

Tecnologia: SSD;

Tamanho: 2.5 polegadas;



Capacidade de 256 GB;  
Interface: SATA 3;  
Taxas: Escrita de 500 MB/s e Leitura de 540 MB/s;

Deverá ser fornecido o suporte SSD adaptador de 2.5 para 3.5 desktop;  
Garantia de 12 meses.

**Item 09: Disco rígido SSD 1 TB SATA 3**

Aplicação: Notebook/desktop;  
Tecnologia: SSD;  
Tamanho: 2.5 polegadas;  
Capacidade de 1 TB;  
Interface: SATA 3;  
Taxas: Escrita de 500 MB/s e Leitura de 540 MB/s;  
Deverá ser fornecido o suporte SSD adaptador de 2.5 para 3.5 desktop;  
Garantia de 12 meses.

**Item 10: Projetor LED 1920 x 1080 4500 lumens**

- Tipo de projeção LCD TFT display;
- Resolução nativa: 1920 x 1080 (FULL HD);
- Brilho: 4500 lumens;
- Conexão: WI-FI integrado;
- Projeção: 50 a 220 polegadas;
- Lente: foco manual;
- Zoom: eletrônico;
- Contraste: 4000:1;
- Lâmpada: LED com durabilidade de 50.000 horas;
- Função Keystone (vertical): +- 15 graus;
- Quantidade de cores: 16,7 milhões;
- Permite espelhamento de tela de dispositivos móveis;
- Entradas: 2x USB; 2x HDMI; 1x VGA, 1x AV;
- Compatibilidade USB: Vídeo: AVI/MP4/MKV/FLV/MOV/RMVB/MPEG1/MPEG2/MPEG4/H.264, Áudio: MP3, - WMA, AAC, FLAC, WAV, Imagem: JPEG, JPG, PNG, BMP;
- Auto-falante integrado: 3W RMS;
- Peso máximo: 3,5 Kg;
- Voltagem: bivolt, AC100-240V 50/60Hz;
- Garantia: 12 meses.

**Item 11: Tela de projeção 95 polegadas elétrica**

- Tela de projeção elétrica 110V com acionamento por botoneira de 03 posições: para cima, parar e para baixo;
- Controle remoto sem fio;
- Estojo metálico em pintura eletrostática resistente a riscos e corrosão e barra de acabamento inferior;
- Superfície de projeção tipo Matte White branco opaco;
- Permite instalação: fixada na parede, no teto ou embutida;
- Garantia 12 meses.

**Item 12: Dock Station Clone M.2**

SSD suportados: M.2 NVMe, compatível com 2242, 2260, 2280, 22110;  
Suporte a duas placas M.2 NVMe de 2 TB cada para leitura e gravação ao mesmo tempo;  
Taxa de transferência: USB3.1 10 Gbps;  
Interface de saída: USB 3.1 Gen2 Type-C;  
Capacidade: 2 TB por entrada (4 TB no total);  
Indicador LED: mostra o andamento de cópia;



Acessórios: um cabo USB tipo C para C, um cabo USB tipo C para A e um adaptador de alimentação;  
Requisitos de sistema: Windows 10, 11 ou superior;  
Garantia: 12 meses.

**Item 13: Caixa de som de mesa PC ativa**

Conjunto de duas caixas estéreo;  
Potência: 8 W RMS;  
Alimentação USB;  
Botão de volume na parte frontal;  
Cor: preto;  
Garantia 12 meses.

**Item 14: Caixa de som ativa bluetooth com microfones (pequenos eventos)**

Design: Portátil;  
Potência: entre 250 W a 300 W RMS;  
Woofer: 12 polegadas;  
Bateria Interna: Sim, recarregável 12 V;  
Capacidade da Bateria: 5000 mAh;  
Autonomia da Bateria: 10 horas com 50% do volume;  
Tempo de Recarga: 5 horas;  
Função Bluetooth: Sim;  
Versão do Bluetooth: 5.0;  
Conexões (Entradas): 01 USB, 01 auxiliar P2 3,5 mm e 02 P10;  
Alça e rodas para transporte: Sim  
Voltagem: Bivolt Automático  
Peso máximo: 14 Kg  
Acessórios: 01 Fonte de Alimentação e 02 Microfones;  
Garantia: 12 meses.

**Item 15: Conector RJ45 CAT5e**

Plug Modular;  
Compatível com cabo UTP (par trançado não blindado) de até 8 vias;  
Diâmetro de 26 a 24 AWG;  
Contatos banhados a ouro e corpo de conector em material de policarbonato;  
Durabilidade mecânica acima de 750 inserções;  
Garantia: 3 meses.

**Item 16: Conector RJ45 CAT6**

Plug Modular;  
Compatível com cabo UTP (par trançado não blindado) de até 8 vias;  
Diâmetro de 26 a 22 AWG;  
Contatos banhados a ouro e corpo de conector em material de policarbonato;  
Durabilidade mecânica acima de 750 inserções;  
Garantia: 3 meses.

**Item 17: Keystone RJ45 CAT5e**

Composição: Termoplástico Antichamas;  
Terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG;  
Modelo: RJ45 Fêmea;  
Tipo: CAT.5e;  
Cor: Branco;





Garantia: 3 meses.

**Item 18: Keystone RJ45 CAT6**

Composição: Termoplástico Antichamas;

Terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG;

Modelo: RJ45 Fêmea;

Tipo: CAT6;

Cor: Branco;

Garantia: 3 meses.

**Item 19: Caixa de Cabo de rede CAT5e**

Quantidade de pares: 4 pares 24 AWG;

Filamentos com fabricação 100% cobre;

Capa externa: em PVC retardante à chama;

Quantidade: 305 metros;

Certificado ANATEL;

Garantia: 3 meses.

**Item 20: Caixa de cabo de rede CAT6**

Cabo de rede CAT6

Quantidade de pares: 4 pares 24 AWG;

Filamentos com fabricação 100% cobre;

Capa externa: em PVC retardante à chama;

Quantidade: 305 metros;

Certificado ANATEL;

Garantia: 3 meses.

**Item 21: Módulo transceptor Gbic SFP + 10 GB Copper RJ-45 Ethernet**

10GBASE-T Small Form-factor Pluggable Plus (SFP+).

-Ethernet de 10 Gigabit baseada em padrões (10GBASE-T).

-Velocidade de linha de 10 Gbit/seg.

-Distância de operação de até 30 m em cobre Categoria 6A/7.

-Padrão IEEE 802.3.

-Conector RJ-45 padrão da indústria.

-Invólucro totalmente metálico para baixo EMI.

-Padrões de segurança: conformidade com a diretiva de Restrição de Substâncias Perigosas (RoHS).

-Garantia: 12 meses

**Item 22: Módulo Transceptor Óptico Gbic Sfp+ 10gb Multimodo Duplex 850nm 10GBASE-T**

10GBASE-SR Small Form-factor Pluggable Plus (SFP+).

-Ethernet de 10 Gigabit baseada em padrões (10GBASE-SR).

-Velocidade de linha de 10 Gbit/seg.

-Distância operacional de até 300 m em fibra OM4.

-Comprimento de onda do transmissor 850nm.

-Conector duplex LC padrão da indústria.

-Fibra multimodo (MMF).

-Monitoramento óptico digital (DOM).

-Padrões de segurança: conformidade com a diretiva de Restrição de Substâncias Perigosas (RoHS).

-Garantia: 12 meses



**Item 23: Roteador MikroTik RouterBoard**

Arquitetura: MMIPS;  
Contagem do núcleo da CPU: 2;  
Frequência nominal da CPU: 880 MHz;  
Contagem de threads da CPU: 4;  
Tamanho da RAM: 256 MB;  
Ethernet Portas Ethernet 10/100/1000:  
Portas SFP: 1 Periféricos;  
Voltagem: 100/240;  
Garantia: 12 meses do fabricante.

**Item 24: Switch 8 portas Gigabit Ethernet**

Portas: 8 (oito) portas 10/100/1000Mbps com negociação automática de velocidade;  
LED indicação: Alimentação (Power), Link/Atividade por porta em modo Fast ou Gigabit;  
Fonte de alimentação externa: bivolt automática;  
Conformidade: FCC, CE, RoHS;  
Garantia: 12 meses.

**Item 25: Switch 16 portas Gigabit Ethernet gerenciável L2**

Portas: 16 portas RJ-45 10/100/1000 com detecção automática e 2 portas SFP 100/1000 Mbps;  
Nível de gerenciamento: Layer 2;  
Gerenciamento: via Navegador Web;  
Latência de 100 Mb: < 7 µs;  
Latência de 1000 Mb: < 2 µs  
Capacidade de produção: 26 Mpps  
Capacidade de routing/switching: 36 Gbps;  
Capacidade de switching: 104 Gbps  
Voltagem de entrada: 100 - 127 / 200 - 240 VCA, nominal;  
Alimentação: 115/240 VAC bivolt;  
Conformidade: FCC, CE, RoHS;  
Garantia: 36 meses.

**Item 26: Switch 24 portas Gigabit L2**

Switch 24 portas Gigabit Ethernet gerenciável L2  
Portas: 24 portas RJ-45 10/100/1000 com detecção automática e 2 portas SFP 100/1000 Mbps;  
Nível de gerenciamento: Layer 2;  
Gerenciamento: via Navegador Web;  
Latência de 100 Mb: < 7 µs;  
Latência de 1000 Mb: < 2 µs;  
Capacidade de produção: 38,6 Mpps;  
Capacidade de routing/switching: 52 Gbps;  
Voltagem de entrada: 100 - 127 / 200 - 240 VCA, nominal;  
Alimentação: 115/240 VAC bivolt;  
Conformidade: FCC, CE, RoHS;  
Garantia: 36 meses.

**Item 27: Adaptador WI FI USB NANO AC1300**

Padrões Wi-Fi: 802.11ac, 802.11n, 802.11g, 802.11b e 802.11a;  
Frequências Wi-Fi: 2,4 GHz e 5 GHz;  
Antena: interna;  
Segurança: WPA, WPA2 e WPS;  
Conector: USB 2.0;



Dimensões máximas: 20,4 x 16 x 7,5 mm;  
Certificação: Anatel;  
Sistemas Operacionais compatíveis: Windows 7, 10 e 11;  
Garantia: 36 meses do fabricante.

**Item 28: Ponto de acesso (Access Point) Wi-Fi 6 Dual-Radio Profissional**

Padrões Wi-Fi: 802.11 a/b/g/n/ac/ax;  
Potência TX: 2.4 GHz: 22 dBm, 5 GHz: 26 dBm;  
Ganho de antena: 2.4 GHz: 4 dBi, 5 GHz: 6 dBi;  
Segurança Wireless: WPA-PSK, WPA-Enterprise (WPA/WPA2/WPA3);  
Interface de Rede: 01 (um) Porta Ethernet 10/100/1000;  
BSSID: até 08 (oito) por Rádio;  
Clientes Simultâneos: 300 (trezentos);  
Montagem: Parede/Teto (Kits Inclusos);  
Fonte de Alimentação: Injetor PoE.  
Injetor PoE: Deverá ser fornecido caso não acompanhe o produto;  
Deve ser fornecido software de gerenciamento do próprio fabricante com licença vitalícia, sem custo adicional, sem limite de dispositivos e que permita no mínimo: Definir SSIDs e senhas de rede WI-FI, atualização de firmware, reinicialização do dispositivo, monitoramento de usuários conectados, configuração de endereços IP das interfaces e controle das bandas de operação;  
Certificações: Anatel, CE, FCC, IC;  
Garantia: 12 meses.

**Item 29: Telefone com Headset**

Dois níveis de ajuste para o controle de volume da campainha: alto e baixo;  
Possibilidade de ajuste para atendimento automático;  
Teclas Redial, Flash, Mute e On/Off;  
Modos de discagem em DTMF (tone) ou decádica (pulse);  
Teclas para ajuste de recepção de áudio (vol+ e vol-);  
Microfone com arco ajustável e cancelador de ruídos;  
Acessórios: Manual de instalação do usuário em português;  
Garantia: 1 ano.

**Item 30: Teclado Padrão**

Conexão USB;  
Layout Português ABNT 2;  
Cor Preta;  
Garantia: 12 meses.

**Item 31: Mouse: óptico padrão USB**

No mínimo 3 botões, com botão central com função de rolagem de páginas;  
1000dpi;  
De conformidade ambidestra  
Garantia: 12 meses.

**Item 32: Suporte/pedestal de Televisão até 65 polegadas**

Suporte para TV de até 65 polegadas;  
Padrão VESA universal;  
Peso mínimo suportado 30 kg;  
Altura ajustável;  
Passagem interna para os fios;  
Prateleira para suporte de notebook.  
Garantia: 12 meses.



**Item 33: Case SSD M.2 NVMe**

Velocidade de transmissão: 10Gbps;

Entradas: USB 3.1 e USB C;

Compatibilidade: SSD NVMe com capacidade de 2 TB;

Fonte de alimentação: USB;

Acessórios: um cabo USB tipo C para USB 3.1;

Requisitos de sistema: Windows 10, 11 ou superior;

Garantia: 12 meses



## 6. Planilha de Quantitativos e Preços Estimados

Quadro A – Quantitativos por Unidade Gestora participante

Itens	SEPPPOP	STDA	SEPUR	SRH	JFPREV	MAPRO	SEDH	SG	SESMAUR	SMU	DEMLURB	SE	SEAPA	SO	PROCON	SESUC	SECOM	SS	SF	Total
1	2	2			2				3	4	3			20	3			250	1	290
2		21		6	10	10	15		4	20	50		1	25		6		125		293
3		15		3	2		3	40		22	2		1					25		113
4		15	4							10	2	2		8	1	1		63	1	107
5	3	5		8		10	5		3	2	2		6	3	1	9		7		64
6	2	10	7	2		3	10	10	3	5	5		9	4	10			500	35	615
7		10		4	2	2	5	10		2	5			2	10	1		250	2	305
8		20	13	20	10	10	10	30	2	30	10	20	3	10	5			63	20	276
9		10		10	2		5	40	2	20	10		1	20			8	375	6	509
10				5	2	2	5	2	2	2	2	10	2	2	2	2	1	188		229



**Quadro A – Quantitativos por Unidade Gestora participante**

Itens	SEPPPOP	STDA	SEPUR	SRH	JFPREV	MAPRO	SEDH	SG	SESMAUR	SMU	DEMLURB	SE	SEAPA	SO	PROCON	SESUC	SECOM	SS	SF	Total
11				2	2	2	3	1		4	2		2	2		3	1	188		212
12		10								1										11
13		7		7			10			50	30					3	1	375		483
14		1		4	2	1	5	3	5	2	1		2	5		2	1	250		284
15	50	1.400	30	100	100		150	100	100	500	250		150	150	250		100	750	200	4.380
16	50	600	30	50	100			100	100	300		100	30	150			100	750	200	2.660
17	25	1.000	25	10	40		25	50	100	100			150				40	250		1.815
18	25	502		10	5			50	100	50			30		20		40	63		895
19	1	50	1	34	3		5	3	1	2	1	1	2	3			2	25	1	135
20		51		30	3		1	3	1	2			1			1	2	13	1	109
21		5											50							55



**Quadro A – Quantitativos por Unidade Gestora participante**

Itens	SEPPPOP	STDA	SEPUR	SRH	JFPREV	MAPRO	SEDH	SG	SESMAUR	SMU	DEMLURB	SE	SEAPA	SO	PROCON	SESUC	SECOM	SS	SF	Total
22		5																		5
23		10		4	5					2	5		1							27
24	1	12	5	4	5	5	5		5	4	10	8	4	14	10		5	38	4	139
25		10		5		3	2	5		4	5	2		2	5			25		68
26	1	50	2	4	2		4			4	5			4		2		63	1	142
27	5	50	5	10	5		4	10		2	2	3	11	2			5	2.500		2.614
28	2	13	2	6	2		4			2	5	5		2		2	2	625		672
29	4	8	4	4			5		10		10	5	10	15	6			2.500	2	2.583
30	10	30	10	30			20		12	50	10		10	75	15		20	375	30	697
31	10	30	10	30			20		12	50	10	50	10	75	15		20	375	30	747
32	1	10	1				5			4				20				375	1	417





**Quadro A – Quantitativos por Unidade Gestora participante**

Itens	SEPPPOP	STDA	SEPUR	SRH	JFPREV	MAPRO	SEDH	SG	SESMAUR	SMU	DEMLURB	SE	SEAPA	SO	PROCON	SESUC	SECOM	SS	SF	Total
33	1	10	1							10	2							375	3	402



## PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## Quadro B – Quantitativos e preços estimados

Item	Equipamento	Unidade	Qtde.	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Leitor de código de barras de mão 1D e 2D	UN	290	431,58	125.158,20
2	Nobreak 700VA senoidal interativo	UN	293	472,02	138.301,86
3	Nobreak 1200 VA senoidal interativo	UN	113	766,31	86.593,03
4	Nobreak 2200 VA senoidal interativo	UN	107	2.223,93	237.960,51
5	Nobreak 3200 VA senoidal interativo	UN	64	2.969,02	190.017,28
6	Webcam 1080p corporativo	UN	615	435,40	267.771,00
7	Câmera de mesa para videoconferência até 4 pessoas	UN	305	1.888,73	576.062,65
8	Disco rígido SSD 256 GB SATA 3	UN	276	182,78	50.447,28
9	Disco rígido SSD 1 TB SATA 3	UN	509	362,69	184.609,21
10	Projektor LED 1920 x 1080 4500 lumens	UN	229	1.802,75	412.829,75
11	Tela de projeção 95 polegadas elétrica	UN	212	931,46	197.469,52
12	Dock Station Clone M.2	UN	11	1.421,33	15.634,63
13	Caixa de som de mesa PC ativa	UN	483	59,86	28.912,38
14	Caixa de som ativa bluetooth com microfones	UN	284	1.595,72	453.184,48
15	Conector RJ45 CAT5e	UN	4.380	1,63	7.139,40
16	Conector RJ45 CAT6	UN	2.660	2,88	7.660,80
17	Keystone RJ45 CAT5e	UN	1.815	8,47	15.373,05
18	Keystone RJ45 CAT6	UN	895	16,19	14.490,05
19	Caixa de Cabo de rede CAT5e	UN	135	578,05	78.036,75
20	Caixa de cabo de rede CAT6	UN	109	805,32	87.779,88
21	Módulo transceptor Gbic SFP + 10 GB Copper RJ-45 Ethernet	UN	55	188,91	10.390,05
22	Módulo Transceptor Óptico Gbic Sfp+ 10gb Multimodo	UN	5	371,76	1.858,80
23	Roteador MikroTik RouterBoard	UN	27	615,32	16.613,64
24	Switch 8 portas Gigabit Ethernet	UN	139	137,02	19.045,78
25	Switch 16 portas Gigabit Ethernet gerenciável L2	UN	68	713,06	48.488,08
26	Switch 24 portas Gigabit L2	UN	142	1.670,27	237.178,34
27	Adaptador WI FI USB NANO AC1300	UN	2.614	163,77	428.094,78
28	Ponto de acesso Wi-Fi 6 Dual-Radio Profissional	UN	672	1.897,04	1.274.810,88
29	Telefone com Headset	UN	2.583	154,03	397.859,49
30	Teclado Padrão	UN	697	26,46	18.442,62
31	Mouse: óptico padrão USB	UN	747	17,17	12.825,99
32	Suporte/pedestal de Televisão até 65 polegadas	UN	417	994,66	414.773,22
33	Case SSD M.2 NVMe	UN	402	258,00	103.716,00
<b>TOTAL</b>					<b>6.159.529,38</b>

O valor máximo possível a ser contratado é de **R\$ 6.159.529,38** (seis milhões cento e cinquenta e nove mil quinhentos e vinte e nove reais e trinta e oito centavos).



## 7. Autorização para Aquisição

Somente a STDA está autorizada a emitir Termo de Autorização para Compras para fornecimento do objeto da futura Ata de Registro de Preços. O fornecedor deverá devolver os empenhos aos Ordenadores de Despesas quando esses forem enviados sem o consentimento da STDA. Todo o empenho enviado ao fornecedor obrigatoriamente deverá ser acompanhado do seu respectivo Termo de Autorização para Compras da STDA.

## 8. Aceite Definitivo dos Equipamentos

O aceite definitivo se dará após a conferência de todos os equipamentos entregues. A conferência será realizada da seguinte forma:

Todos os equipamentos entregues serão vistoriados e conferidos para verificar se as marcas e os modelos são as mesmas da proposta do fornecedor. Caso algum equipamento esteja em desacordo:

- e) Avariado e/ou com algum problema de funcionamento;
- f) Fora da embalagem original;
- g) Com lacre violado e/ou faltando algum item do check list do equipamento;
- h) A marca e/ou modelo diferente da proposta sem prévia consulta/autorização da STDA/SSGD.

Será identificado a qual empenho o mesmo pertence e esse será considerado não aceito até que o equipamento esteja regularizado. Para cada entrega poderão ser emitidos dois tipos de documentos:

- Ofício de Indeferimento: No caso de divergências na entrega dos equipamentos. Nessa serão relatados todos os problemas encontrados e a informação da negativa do aceite.
- Memorando de Conferência: No caso de não ser encontrada nenhuma divergência na entrega dos equipamentos. Este documento representa o aceite definitivo dos equipamentos e a partir da data de sua emissão passarão a valer:
  - O período de garantia;
  - O início da contagem dos 30 dias para pagamento.

A Equipe de Conferência da PJF tem capacidade técnica de proceder a conferência dos equipamentos entregues, sem comprometimento do prazo estipulado para a liberação da nota e pagamento. O prazo necessário para a conferência dos equipamentos não será contabilizado para o início do período de garantia e pagamento.

No caso de entrega de equipamentos em desconformidade com o edital, fica o fornecedor responsável por recolher os equipamentos e o mesmo terá que arcar com todos os custos dessa operação. Como não foi dado o aceite da entrega pela Prefeitura de Juiz de Fora, o prazo de entrega continuará contando, ficando o fornecedor sujeito às penalidades do edital caso a entrega não seja regularizada dentro do prazo de entrega acordado.

## 9. Garantias

A garantia dos itens dessa Ata é do tipo balcão, ou seja, o produto deve ser enviado ou levado às assistências técnicas autorizadas dos fabricantes. No caso de problemas de garantia, cabe à ordenadora de despesa:

- c) A responsabilidade de fazer contatos com a empresa fornecedora do item defeituoso e com a Assistência Técnica, se for o caso;



- d) Todos os custos relacionados e a responsabilidade do envio e retorno dos itens em garantia.

## **10. Instalação Física dos Equipamentos**

A instalação física dos equipamentos (montagem), bem como toda a infraestrutura para o seu funcionamento (tomadas de energia, de rede, adaptadores de tomadas, mobiliários etc.) é de responsabilidade da PJF.

## **11. Dotação Orçamentária**

Como se trata de Sistema de Registro de Preços, as dotações orçamentárias serão informadas oportunamente pelas Unidades Gestoras participantes.

## **12. Obrigações**

### **12.1 Da Unidade Requisitante:**

12.1.1 Requisitar, por meio da Unidade Gestora, o fornecimento dos equipamentos, conforme suas necessidades.

12.1.2 Proporcionar condições ao fornecedor para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

12.1.3 Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

12.1.4 Efetuar o pagamento ao fornecedor por meio de crédito em conta-corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br).

### **12.2 Da Unidade Gestora:**

12.2.1 Conferir se o fornecimento do equipamento está de acordo com o inicialmente proposto, embora o fornecedor seja o único e exclusivo responsável pelo fornecimento nas condições especificadas.

12.2.2 Comunicar ao fornecedor qualquer irregularidade na entrega do equipamento e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

12.2.3 Solicitar a substituição do equipamento que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor de compras/responsável da fiscalização.

12.2.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor.

12.2.5 Impedir que terceiros forneçam o objeto deste Edital.

### **12.3 Da Sociedade Empresária Vencedora:**

12.3.1 Entregar, pelo preço contratado, os produtos objeto deste Edital, segundo as necessidades e requisições da Unidade requisitante.

12.3.2 Entregar o objeto especificado no **Termo de Autorização de Compras**, de acordo com as



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

necessidades e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste Edital.

12.3.3 Responsabilizar-se integralmente pela entrega, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

12.3.4 Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do objeto que não atenda ao especificado.

12.3.5 Entregar o objeto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

12.3.6 Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do objeto, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

12.3.7 Comunicar imediatamente a Unidade Requisitante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

12.3.8 Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega do objeto, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

12.3.9 Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do produto entregue.

12.3.10 Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a Unidade Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

12.3.11 Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **13. Fiscalização e Acompanhamento**

13.1 De acordo com o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (2020) da Secretaria da Fazenda do Município de Juiz de Fora, os responsáveis pela gestão e fiscalização do futuro SRP será definido pela STDA/SSGD, oportunamente.

13.2 O aceite do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a emissão do Memorando de Conferência conforme estabelecido no Item 08 deste Termo de Referência.

13.3 A Unidade Requisitante atestará, após receber o Memorando de Conferência da STDA, no documento fiscal correspondente, o fornecimento do produto nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

### **14. Informações Complementares**

14.1 Deverá constar no Edital na parte que trata dos **Documentos relativos à qualificação técnica**:

14.1.1 O Licitante deve informar na sua proposta as **MARCAS E MODELOS**, além da apresentação dos prospectos de todos os itens cotados. A ausência de prospectos pode provocar



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

a necessidade de diligências para certificar que o item proposto atende plenamente ao Edital.

14.2 As propostas dos licitantes, durante o certame, deverão ser analisadas obrigatoriamente pela STDA/SSGD/DIEST/SPAD, com o objetivo de parecer técnico habilitatório, de acordo com as especificações técnicas exigidas por item do Edital.

**15. Local e Prazo de Entrega**

15.1. Os componentes e periféricos deverão ser entregues no endereço: STDA/SSGD/DIEST/SMAN, situada na Avenida Brasil, 2001 – 4º Andar – Centro – 36060-010 – Juiz de Fora – MG, nos horários entre 08:00 e 11:00 e 14:00 e 17:00. Todo o transporte do andar térreo até o almoxarifado no 4º andar deverá ser por conta da contratada.

15.2 O prazo para a entrega dos equipamentos será de 20 (vinte) dias a contar a partir da entrega do Termo de Autorização de Compras (TAC) e correspondente Empenho ao fornecedor.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**